



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 23230.000132.2018-61)

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR/*Campus* Novo Paraíso em veículos tipo ônibus, com cortinas, bagageiro interno e externo, ar-condicionado, com película de filtro solar (Insulfilm) nos vidros laterais, incluído abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de Motorista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A unidade medida dessa contratação é o quilômetro rodado conforme as rotas indicadas pela contratante inicialmente na tabela do **ANEXO I** deste Termo de Referência, que poderá ser alteradas durante a execução contratual conforme demanda da Instituição.
- 1.3. Os detalhamentos dos quantitativos, valores dos itens são os discriminados na tabelado **ANEXO I**.
- 1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000, e do Decreto nº 5.450 de 2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.
- 1.5. O agrupamento dos itens justifica-se pela necessidade dos serviços serem executados de forma sincronizada, além ser mais atrativo ao mercado, aumentando assim, à competitividade entre os concorrentes e consequentemente atingindo o princípio da economicidade, proporciona ainda, uma melhor gestão do contrato, economia e celeridade para administração, tudo isso, considerando a análise e experiências de contratos anteriores.
- 1.6. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por menor Preço Global.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, constante nos autos do processo administrativo.
- 2.2. A finalidade da contratação do referido objeto é proporcionar a Unidade de Ensino, condições para o pronto atendimento de necessidades com deslocamento de alunos, dotando meios de locomoção adequados à execução dos serviços institucionais, atendendo a demanda existente, para desenvolvimento e geração de melhores condições de trabalho pedagógico.
- 2.3. Esta contratação fará com que o *Campus* cumpra com seus objetivos, atendendo o Plano Anual de Trabalho, Termo de Metas e o PDI deste Instituto, mantendo assim, a boa qualidade dos serviços em questão, e o cumprimento dos cronogramas de execução/calendário acadêmico, como também zelando pela confiabilidade da Instituição.
- 2.4. Os serviços de transporte escolar são de fundamental importância para o funcionamento desta instituição, pois basicamente todos os alunos do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio dependem EXCLUSIVAMENTE desse transporte para realizar diariamente a locomoção de suas casas até *Campus* Novo Paraíso, por três motivos: o primeiro devido a localização do *Campus*, encontrar-se em uma Zona Rural, a 45 km do município mais próximo; segundo motivo está ligado a vulnerabilidade social do público que atendemos e o terceiro motivo, devido o transporte público coletivo intermunicipal ofertado pelo Estado que presta serviços não região não atende os horários de funcionamento do *Campus*, além de não possuírem o quantitativo de vagas suficientes para atender os aproximadamente 319 alunos previstos para o semestre 2019.1, dessa modalidade de curso, distribuídos pelos cinco municípios da região Sul do Estado de Roraima, sendo os municípios de Caracará, Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 2.5. A solicitação de ônibus de 49 lugares em algumas rotas justifica-se, pela grande procura de vagas nesses municípios e na busca de atender um número maior de estudantes com o menor custo possível. Quanto à solicitação de ar condicionado em todos os ônibus, o objetivo é tornar a viagem um pouco mais agradável e confortável, pois, nessa região as temperaturas são altas (clima quente), causando desconforto, cansaço e provocando baixo rendimento dos alunos, uma vez, que além da viagem ser longa os alunos estuda em turno integral com início das atividades às 8h e previsão de término às 17h.
- 2.6. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000, e do Decreto nº 5.450 de 2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.
- 2.7. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem dedicação de mão de obra exclusiva com regime de execução por Empreitada por menor Preço Global, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica por caracterizar-se como serviço comum e essencial para a o funcionamento da Instituição.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Preliminar, abrange a prestação do serviço de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR/Campus Novo Paraíso em veículos tipo ônibus, com cortinas, bagageiro interno e externo, ar-condicionado, com película de filtro solar (Insulfilm) nos vidros laterais, incluído abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de Motorista, uma vez, que o Campus não dispõe de veículos, suficientes para atender o objeto dessa contratação e o Estado de Roraima através das políticas públicas de fornecimento de transporte coletivo público intermunicipal que oferecem condução nas rotas dos municípios de Caracaraí, Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz até o Campus Novo Paraíso não atendem os horários de funcionamento da Instituição bem como o quantitativo de vagas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O serviço de Transporte Escolar enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.
- 4.3. A presente despesa encontra respaldo na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; IN/SEGES/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, bem como demais legislações pertinentes.
- 4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 4.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;
- 5.1.2. Estar com o seu cadastro regular no SICAF;
- 5.1.3. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 5.1.4. Não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.1.5. Ter executado serviços compatíveis ao objeto da licitação;
- 5.1.6. Ter disponibilidade de veículos e equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;
- 5.1.7. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.
- 5.1.8. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.
- 5.1.9. Os ônibus deverão ter, no mínimo, ano de fabricação 2012, e durante a vigência da prestação dos serviços ter no máximo 7 (sete) anos de uso/vida útil, além de atender as especificações detalhadas no ANEXO I.
- 5.1.10. A empresa deverá ter
- 5.1.11. A presente contratação deverá ser feita para um período de 12 meses iniciando, preferencialmente em abril de 2019, conforme a demanda Departamento de Ensino do IFRR/*Campus* Novo Paraíso, podendo haver prorrogação do contrato por até 60 meses, conforme art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 5.1.12. Todos os serviços possuem natureza continuada, pelo fato de serem serviços necessários diariamente e sua interrupção causa prejuízo às atividades de ensino, pesquisa e extensão ou até mesmo a suspensão temporária das aulas no IFRR/*Campus* Novo Paraíso do IFRR, interrompendo o cumprimento da atividade finalista desta instituição.
- 5.1.13. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 255, da Constituição Federal/88 e em conformidade com o Art. 3º, da Lei Nº 8.666/93 e com o Art. 6º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 10, da SLTI/MPOG.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

5.1.14. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referencia.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h e 30 minutos às 12h e das 14h às 17h e 30 minutos podendo tirar dúvidas e realizar agendado através do telefone (95) 3532 - 4103 ou 4100, E-mail dap.cnp@ifrr.edu.br.

6.1.1 As rotas especificadas no ANEXO I e suas respectivas distancias até o *Campus* Novo Paraíso poderá ser visualizadas através do google maps.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 7.1.1. Os ônibus deverão sair do ponto inicial de cada rota demonstrada na tabela do ANEXO I desse instrumento, tendo como local de destino o *Campus* Novo Paraíso, com previsão de chegada ao *Campus* até às 7h:30min e com previsão de saída do *Campus* às 17h.
- 7.1.2. O horário de chegada e saída dos ônibus do local de destino será fornecido pela contratante, inicialmente utilizando os horários apresentados no item 7.1.1 podendo ser alterados a qualquer momento, sem consulta a contratada a fim de atender as atividades da Instituição.
- 7.1.3. Será observado calendário escolar do *Campus* Novo Paraíso no qual constam os dias letivos bem como as demandas apresentadas principalmente pelo Departamento de Ensino e demais setores da Contratante.
- 7.1.4. Será entregue a contratada um relatório da rota com o local e horário para embarque e desembarque dos alunos dentro de perímetro urbano de cada município e ao longo das Rodovias.
- 7.1.5. Os dias letivos previsto no calendário escolar poderão ser alterados conforme necessidade do *Campus* sem consulta a empresa contratada.
- 7.1.6. Para execução dos serviços de transportes, a empresa contratada deve observar a legislação vigente, da união, Estado e dos Municípios onde os serviços serão prestados.
- 7.1.7. É vedado fornecer “carona” para pessoas alheias às atividades da Instituição.
- 7.1.7.1. As pessoas ligadas às atividades da Instituição como servidores, colaboradores e outros, poderão utiliza desses veículos em casos excepcionais, caso haja vaga disponível e autorizado pelo fiscal do contrato.
- 7.1.8. A contratante poderá solicitar a contratada com antecedência mínima de 3 (três) dias, a substituição da viagem de algum dos itinerário previsto na contratação, por uma viagem para deslocar os alunos do *Campus* Novo Paraíso com o objetivo de realizar visitas técnicas, ou outras atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

pedagógicas. Nesse caso, a solicitação está restrita, ao total de quilômetro (km) anual contratado, com observância ao cumprimento do calendário escolar.

- 7.1.9. As viagens mencionadas no item anterior, poderão, acontecer como forma de compensação ao dia em que não houve necessidade da prestação de serviço do ônibus de um dos TRAJETOS/Rotas em virtude da solicitação da contratante ou se houver saldo da quilometragem contratada com base no cumprimento do calendário escolar. Exemplo: Em um dia letivo que haverá atividades apenas para algumas turmas, conseguindo a contratante organizar o traslado dos alunos em quantidade de ônibus reduzida, poderá a contratante utilizar-se dos quilômetros do ônibus liberado nesse dia, para realizar visita técnica ou outra atividade pedagógica, observando o limite anual de quilômetros contratado.
- 7.1.10. O serviço prestado referente às viagens solicitadas para realizar visitas técnicas ou atividades pedagógicas, deverá ser encaminhado em nota fiscal separada com a descrição da rota apresentada na Ordem de Serviço emitida.
- 7.1.11. O controle da quilometragem de todos os ônibus, tanto das rotas contratadas, quanto as viagens para realizar visita técnica ou atividade pedagógica será realizada pelo fiscal do contrato, por meio de um formulário/ requisição específico.
- 7.1.12. O controle da quilometragem de todos os ônibus, tanto das rotas contratadas, quanto as viagens para realizar visita técnica ou atividade pedagógica será realizada pelo fiscal do contrato, por meio de um formulário/ requisição específico.
- 7.1.13. Os Motoristas deverão estar devidamente habilitados (categoria “D” ou “E”) e qualificados (curso de transporte escolar, curso transporte de passageiros, curso de direção defensiva) pelos órgãos competentes, e os veículos com todas as documentações e normas de segurança segundo as leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

7.1.14. Diariamente, o motorista deverá assumir o veículo devidamente uniformizado, com crachá de identificação da empresa, e com aparência pessoal adequada.

7.1.15. Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o órgão contratante e sempre que necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

7.2. A execução dos serviços será iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço, na forma que segue:

7.2.1. Os serviços deverão ser executados nas quantidades determinadas em cada Ordem de Serviço apresentada pela Contratante.

7.2.2. A contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo órgão contratante, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene, bem como, motorista devidamente uniformizado.

7.2.3. A frequência será estabelecida pelo órgão contratante de acordo com as especificidades de suas atividades.

7.2.4. O modelo da Ordem de serviço a ser utilizado inicialmente será o modelo apresentado no ANEXO V-A da A IN SEGES/MP nº 05, de 2017, podendo sofrer alterações no decorrer do contrato afim de melhor adequação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

- 8.1. O acompanhamento e a fiscalização do serviço serão de responsabilidade do Servidor/Servidores designados por portaria da Direção-Geral do *Campus* Novo Paraíso, a qual será anexa ao processo, cabendo a estes acompanhar e registrar todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação.
- 8.2. A comunicação entre a fiscalização do serviço e a contratada será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.3. Aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato caberão o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas às exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.
- 8.4. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato poderão ser processados nos termos dos artigos 39 a 48 da IN/SEGES/MPOG nº 05/2017.
- 8.5. Os servidores indicados para fiscalizar o contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
- 8.6. O pagamento será realizado tomando por base a qualidade da prestação de serviço realizada, apesar da unidade de medida ser um critério quantitativo (Km rodado), mediante a apresentação de Nota Fiscal de serviço.
- 8.6.1. Como condição indispensável para emissão do ateste pelo Fiscal do Contrato, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos quando da apresentação da Nota Fiscal:
- 8.6.1.1. Relatório das atividades, com apresentação do cálculo do valor dos serviços;
- 8.6.1.2. O relatório deverá conter no mínimo os seguintes elementos:
- 8.6.1.2.1. Assinatura do responsável/representante da contratada;
- 8.6.1.2.2. Espaço para assinatura do responsável pelo acompanhamento do serviço;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 8.6.1.2.3. Discriminação detalhada dos serviços com os quantitativos x valor unitário x valor total;
- 8.6.1.2.4. Cópia dos discos de tacógrafo de cada veículo utilizado na prestação dos serviços;
- 8.6.2. Comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
- 8.6.3. Outros documentos legais e/ou contratuais determinados pelo fiscal do contrato;
- 8.6.4. O fiscal deverá ajustar o pagamento devido à contratada de acordo com a aplicação dos indicadores constantes no instrumento de medição de resultado (IMR), ANEXO III.
- 8.6.5. O fiscal promoverá a análise do relatório e dos valores a serem pagos pelos serviços efetivamente prestados no período, e informará qualquer inconsistência à contratada.
- 8.7. O pagamento será executado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal de Serviços à Contratante, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada dos documentos relacionados nos subitens do item 8.6 deste Termo de Referência.
- 8.8. As demais regras relativas à gestão contratual estarão dispostas na legislação que rege a matéria.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, de qualidade e nas quantidades suficientes para execução do objeto, promovendo sua substituição quando necessário;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as informações apresentadas na tabela de especificação do objeto, constante no ANEXO I, conforme explicações da legenda;
- 10.2. A unidade medida dessa contratação é o quilômetro rodado, assim todas as outras despesas diretas e indiretas deverão estar incluídas como abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de Motorista entre outras despesas para execução do objeto, conforme as rotas indicadas pela contratante inicialmente no ANEXO I deste termo de referência, rotas, que poderão ser alteradas durante a execução contratual conforme demanda da Instituição obedecendo à quilometragem Anual.
- 10.3. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, manutenção preventiva e corretiva, alimentação e estadia dos funcionários, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 12.24. A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 12.25. A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 12.26. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência comprovada, por meio de declaração ou atestado assinado, de no mínimo 06 (seis) meses como motorista de transporte escolar/coletivo, além de apresentar à contratante no ato da contratação e da demissão dos funcionários exames admissionais e demissionais, a fim de serem anexados no processo, sendo inclusive, condição para a liberação do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica.
- 12.27. No ato da assinatura do contrato a empresa vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos dos motoristas:
- 12.27.1. Carteira de habilitação categoria mínima “D ou E”;
 - 12.27.2. Certificado de curso de transporte escolar, Certificado de Transporte de Passageiros, Certificado de Direção Defensiva, declaração ou atestado assinado e autenticado, que comprove a experiência de no mínimo 06 (seis) meses como motorista de transporte escolar.
 - 12.27.3. Antecedentes criminais.
- 12.28. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.29. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal (com RG, CPF e Carteira Nacional de Habilitação – CNH) dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 12.30. Apresentar no ato da assinatura do contrato/apresentação dos veículos para início dos serviços as seguintes documentações:
- 12.30.1. Autorização de transporte escolar emitido pelo DETRAN;
 - 12.30.2. Declaração de que conhece o itinerário, descrito no ANEXO I.
 - 12.30.3. Caracterizar os ônibus com faixa de “TRANSPORTE ESCOLAR”, considerando o que prevê a legislação.
- 12.31. A empresa deverá comprovar ter frota própria, cuja idade dos veículos deverá obedecer ao item 5.1.9, devendo apresentar cópia dos documentos comprobatórios da propriedade do veículo e descrever o estado de conservação dos ônibus destinados a atender o objeto da presente licitação;
- 12.32. Os veículos deverão, obrigatoriamente, estarem equipados com tacógrafos calibrados e aferidos pelo INMETRO. Devendo as cópias do disco do tacógrafo ser entregues mensalmente junto com as documentações da Nota Fiscal Eletrônica – NFE.
- 12.33. Substituir de imediato e de forma automática os veículos que atingirem a idade máxima, conforme item 5.1.9.
- 12.34. Substituir de forma imediata os veículos que não atenderem às condições estabelecidas, sob pena de aplicações das sanções estabelecidas no contrato, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação aplicável.
- 12.35. Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.
- 12.36. Garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem, fazendo a devida substituição do veículo contratado, por outro que atenda as especificações, em situações em que o mesmo não estiver em condições de trafegar;
- 12.37. Fazer seguro e manter as apólices vigentes dos seguros do casco, contra terceiros e danos pessoais. Responsabilizar-se pelos danos causados aos estudantes nos termos do disposto nos artigos 734 e 735 do Código Civil Brasileiro, podendo a Contratante reter pagamentos devidos à Contratada, na proporção dos prejuízos verificados, até a solução da pendência.
- 12.38. Executar os serviços de acordo com o cronograma, durante a vigência do contrato, de acordo com o solicitado em cada Ordem de Serviço. O Cronograma é



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

flexivo devido às possíveis mudanças do calendário e as alterações serão comunicadas com antecedência a empresa.

- 12.39. Comunicar ao Fiscal de Contrato, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego que impliquem na alteração de itinerários e horários.
- 12.40. Arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos de manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os materiais de limpeza para veículos que possibilitem uma boa higienização/lavagem dos ônibus, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.
- 12.41. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.
- 12.42. A Observar as disposições contidas na Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, quanto à destinação final ambientalmente adequada de pneus.
- 12.43. Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, quando houver, em especial a Lei nº 8.723/93, Resolução CONAM nº 16/9316, Portaria IBAMA nº 85/93, Legislação Estadual e Municipal, quando houver.
- 12.44. Legalizar junto aos órgãos DENATRAN, DETRAN, DMTRAN e a Polícia Rodoviária Federal os veículos contratados para trafegar nas vias públicas, rodovias estaduais e federais;
- 12.45. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 12.46. Os uniformes deverão conter no mínimo: duas calças, duas camisas, um crachá e um par de calçado (bota ou sapato);
- 12.47. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

prestação dos serviços, conforme alínea “g” do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

- 12.47.1. Relação dos empregados que serão responsáveis pelo cumprimento do itinerário, contendo nome completo, cargo ou função, salário, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Física (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 12.47.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 12.47.3. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 12.48. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule a prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, a semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo;
- 12.49. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 12.50. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

- 12.51. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto a Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 12.52. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 12.53. Atender as solicitações da Contratante quanto a substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas a execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referenda;
- 12.54. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 12.55. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar a Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.56. Relatar a Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.57. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 12.57.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicar a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

proporcional ao inadimplemento, mediante previa comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.57.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no Anexo III, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 15.17.1. O serviço deverá desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a equipe de trabalho da Contratada e a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato;
- 15.17.2. À Fiscalização assiste o direito de não aprovar a medição dada como concluída pela contratada, desde que não esteja dentro dos requisitos exigidos nas especificações deste Termo de referência, devendo a Contratada sanar as falhas encontradas sem nenhum ônus para a Contratante;
- 15.17.3. A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da Contratada quanto à perfeita execução dos trabalhos;
- 15.17.4. Toda comunicação formal entre Contratada e Fiscalização deverá ocorrer por escrito;
- 15.17.5. Cumprir as demais atividades de fiscalização pertinentes ao serviço executado, de acordo com o instrumento convocatório respectivo e a legislação em vigor;
- 15.17.6. Em caso de dúvidas ou omissões do Projeto caberá a Fiscalização fixar o que julgar mais indicado, comunicando por escrito à Contratada a solução adotada; e
- 15.17.7. As aprovações parciais e totais, por parte da Fiscalização, dos serviços executados pela Contratada, não a eximem de responsabilidade por erros ou falhas que os mesmos possam conter. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 *dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização que será designando por portaria após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.3.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.3.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades. prazo para as correções.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.4.1. o prazo de validade;
- 17.4.2. a data da emissão;
- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5. o valor a pagar; e
- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I \quad (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice *IPCA – Índice Nacional de Preços do Consumidor, indicador oficial do governo federal para aferição das metas inflacionárias*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 3% (Três por cento) do valor total do contrato.

- 19.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

- 19.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 19.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 19.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 19.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 19.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 19.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 19.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 19.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.11. Será considerada extinta a garantia:
- 19.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.11.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 19.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
19. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão	03



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

	fiscalizador, por item e por ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA**

processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 20.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão as definidas em edital, podendo ser consideradas as seguintes informações:
- 21.3.1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;
 - 21.3.2. 2. Estar com o seu cadastro regular no SICAF;
 - 21.3.3. 3. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
 - 21.3.4. 4. Não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 21.3.5. 5. Ter executado serviços compatíveis ao objeto da licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

- 21.3.6.6. Ter disponibilidade de equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;
- 21.3.7.7. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.
- 21.3.8.8. Possuir frota própria comprovado através do CRLV, tipo ônibus com no mínimo, ano de fabricação 2012, e durante a vigência da prestação dos serviços ter no máximo 7 (sete) anos de uso.
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.4.1. Valor Global: R\$ 1.706.973,10 (um milhão, setecentos e seis mil, novecentos e setenta e três reais e dez centavos).
- 21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado realizada pela Coordenação de Pesquisa de Preço da Reitoria do IFRR, conforme consta nos autos desse Processo Administrativo.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 23.1. A classificação orçamentária será na funcional programática 12.363.2080.20RL.0014, PTRES: 108921, Fonte: 100, natureza de despesa 339039, PI: L41NPP23NPA, com alocação a ser realizada pelo Departamento de Administração e Planejamento ou Coordenação de Orçamento, a qual constará nos autos do Processo Administrativo. A referida classificação atende ao que dispõe a Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 (atualizada) (Publicada no D.O.U. no 87-E, de 07.05.2001) e Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, DOU de 17.9.2002, e alterações.

Caracará-RR, 15 maio de 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA									
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO									
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CASTER	ROTA	DIAS LETIVOS	KM DIÁRIO	QNT. ÔNIBUS NA ROTA	KM ANUAL	VALOR DO KM RODADO MÁXIMO ACEITÁVEL	VLR. TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
GRUPO I	1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 49 (quarenta e	3239	Caracará/BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	226	1	46330	R\$ 7,73	R\$ 358.130,90



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

	nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada								
2	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 49 (quarenta e	3239	Caroebe/BR 210/Baliza/São Luiz/IFRR CNP (ida e volta)	205	212	1	43460	R\$ 7,73	R\$ 335.945,80



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

	nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada								
3	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 44 (quarenta e	3239	Vila Baruana (Km55) /BR 432/ Vila Novo Paraíso /BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	124	1	25420	R\$ 7,48	R\$ 190.141,60



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

	quatro) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada								
4	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no	3239	Vila Nova Colina/BR 174/Rorainópolis/BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	184	1	37720	R\$ 7,73	R\$ 291.575,60



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

	mínimo 49 (quarenta e nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada								
5	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no	3239	Rorainópolis/BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	96	3	59040	R\$ 7,73	R\$ 456.379,20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

	mínimo 49 (quarenta e nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada.								
6	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no	3239	VISITAS TÉCNICAS*	10	1000	1	10000	R\$ 7,48	R\$ 74.800,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

		mínimo 44 (quarenta e quatro) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada.							
			TOTAL			1842	8	221970	R\$ 1.706.973,10
LEGENDA									
1	DESCRIÇÃO	TIPO DE VEÍCULO A SER UTILIZADO COM SUA DEVIDA CAPACIDADE							
2	ROTA	TRAJETO/ITINERÁRIO A SER PERCORRIDO							
3	DIAS LETIVOS	QUANTIDADE DE DIAS LETIVOS DUARANTE O ANO LETIVO (PAUTADO AO CALENDÁRIO ESCOLAR E DEMAIS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO)							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

4	KM DIÁRIO	UNIDADE DE MEDIDA DESSE OBJETO (QUANTIDADE DE KM RODADO EM UM DIA LETIVO)
5	QNT. ONIBUS NA ROTA	QUANTIDADE DE ÔNIBUS EMBREGADO NA ROTA (PROPORCIONAL A QNT DE ALUNOS QUE RESIDEM NA LOCALIDADE)
6	KM ANUAL	UNIDADE DE MEDIDA DESSE OBJETO – QUANTIDADE DE KM RODADO AO ANO FRUTO DA MUTIPLICAÇÃO (DIAS LETIVOS X KM DIARIO X QNT. ÔNIBUS NA ROTA)
7	VALOR DO KM RODADO	VALOR EM REAIS DE UM KM RODADO
8	VLR. TOTAL	VALOR ANAUAL TOTAL FRUTO DA MUTIPLICAÇÃO (KM ANAUAL X VALOR DO KM RODADO)
9	VISITAS TÉCNICAS*	ESSE ITEM REFERE-SE A VIAGENS EXTRAS PARA ATENDER ATIVIDADES (EXTRAS CURRICULAR) BEM COMO O CALENDARIO ESCOLAR CONFORME NESCESSIDADE OU SURGIMENTO DE NOVAS ROTAS (ROTA LIVRE).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA**

A União, Autarquia, por intermédio do(a) (*órgão contratante*), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

2.1.1. *Os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.2. *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.1.3. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.4. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.1.5. *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2.1.6. *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2.1.7. *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.:

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Terceirização 2019 – IFRR/Campus Novo Paraíso **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017**

1. OBJETO

O objetivo é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR/*Campus* Novo Paraíso em veículos tipo ônibus, com cortinas, bagageiro interno e externo, ar-condicionado, com película de filtro solar (Insulfilm) nos vidros laterais, incluído abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, com Motorista.

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS (ANEXO III, 2, A.)

O objeto do presente documento fundamenta-se na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485 de 25 de novembro de 2002; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; Lei 9.632 de 07 de maio de 1998; Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997 e, ainda, na Instrução Normativa nº 02, de 11/10/2010 (SLTI-MPOG) e suas alterações posteriores, Instrução Normativa nº 05, de 27/06/2014 (SLTI-MPOG). Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 (SLTI-MPOG) e demais normas aplicáveis à matéria.

3. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES (IN 5/2017 - ANEXO III, 2, B.)

Para elaboração do presente estudo técnico verificou-se os seguintes contratos e suas alterações:

Contrato 05/2016 – Pregão Eletrônico nº. 033/2016, prestação de serviços terceirizados de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, em veículos tipo ônibus, com lotação mínima: de 49 (quarenta e nove) lugares a depender da rota, cortinas, bagageiro interno e externo, ar-condicionado, com película de filtro solar (Insulfilm) nos vidros laterais, incluído abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, com Motorista.

Outro ponto importantíssimo para dimensionamento da contratação é a relação de vagas ofertadas x demanda, em cada município, uma vez que a Instituição atende os cinco municípios da região sul do Estado de Roraima. Essa relação que norteia a execução do serviço é materializada através de Editais de Seleção para ingresso de Alunos no *Campus*, Assim o resultado do Edital 04/2018 - PROCESSO SELETIVO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

DE INGRESSO NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA DE OFERTA INTEGRADA, DO IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO COM INGRESSO EM 2019.1 compreende a base para a alocação da quantidade de veículos a ser empregado em cada município na execução desse serviço inicialmente.

Considerou-se ainda o contingenciamento financeiro realizados nos últimos anos pelo Governo Federal na rede de Ensino na ordem de aproximadamente 40% (quarenta por cento).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (IN 5/2017 - ANEXO III, 2, C.)

Para fins do disposto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 este documento se classifica nos termos do Art. 4 da respectiva lei como, informação, documento e disponibilidade conforme seus incisos abaixo:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

(...)

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

5. JUSTIFICATIVA PELA UNIDADE REQUISITANTE DA CONTRATAÇÃO (IN 5/2017 - ANEXO III, 3.1, A.)

A finalidade da contratação do referido objeto é proporcionar a Unidade de Ensino, condições para o pronto atendimento de necessidades com deslocamento de alunos, desta forma dotando de meios de locomoção adequados à execução dos serviços institucionais, atendendo a demanda existente, para desenvolvimento e geração de melhores condições de trabalho pedagógico.

Os serviços de transporte escolar são de fundamental importância para o funcionamento desta instituição, pois basicamente todos os alunos do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio dependem EXCLUSIVAMENTE desse transporte para realizar diariamente a locomoção de suas casas até Campus Novo Paraíso, por três motivos: o primeiro devido a localização do Campus, encontrar-se em uma Zona Rural, a 45 km do município mais próximo; segundo motivo está ligado a vulnerabilidade social do público que atendemos e o terceiro motivo, devido o transporte público coletivo intermunicipal ofertado pelo Estado que presta serviços não região não atende os horários de funcionamento do Campus, além de não



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

possuírem o quantitativo de vagas suficientes para atender os aproximadamente 319 alunos previstos para o semestre 2019.1, dessa modalidade de curso, distribuídos pelos cinco municípios da região Sul do Estado de Roraima, sendo os municípios de Caracarái, Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz.

Esta contratação fará com que o *Campus* cumpra com seus objetivos, atendendo o Plano Anual de Trabalho, Termo de Metas e o PDI deste Instituto, mantendo assim, a boa qualidade dos serviços em questão, e o cumprimento dos cronogramas de execução/calendário acadêmico, como também zelando pela confiabilidade da Instituição.

Considerando que se trata de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer as atividades do Ensino, Extensão, Pesquisas e Administrativas, implicando em sérios transtornos e comprometendo o funcionamento regular desta Instituição, torna-se imprescindível à contratação de empresa para a execução dos serviços.

De acordo com a análise das contratações anteriores demonstradas no item 3 do presente documento.

6. ALINHAMENTO AO PDI (IN 5/2017 - ART. 24, II e ANEXO III, 3.2.)

A presente contratação é essencial para o pleno funcionamento da Instituição, e consequentemente para cumprimento das metas e dos objetivos estratégicos presentes no principal documento norteador da Instituição o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (IN 5/2017 - ART. 24, III e ANEXO III, 3.3)

São requisitos básicos da contratação:

1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;
 2. Estar com o seu cadastro regular no SICAF;
 3. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
 4. Não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 5. Ter executado serviços compatíveis ao objeto da licitação;
 6. Ter disponibilidade de equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;
 7. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.
8. Possuir frota própria comprovado através do CRLV, tipo ônibus com no mínimo, ano de fabricação 2012, e durante a vigência da prestação dos serviços ter no máximo 7 (sete) anos de uso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

A presente contratação deverá ser feita para um período de 12 meses iniciando, preferencialmente em meados de abril/início maio de 2019, conforme a demanda realizada pelo Departamento de Ensino do IFRR/*Campus* Novo Paraíso.

Todos os serviços possuem natureza continuada, podendo haver prorrogação do contrato por até 60 meses, conforme art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Os serviços possuem natureza continuada pelo fato de serem serviços necessários diariamente e sua interrupção causa prejuízo às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão ou até mesmo a suspensão temporária das aulas no *Campus* Novo Paraíso, prejudicando o cumprimento das atividades finalísticas desta instituição.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES* (IN 5/2017 - ART. 24, IV e ANEXO III, 3.4)

Para este levantamento foram consideradas as necessidades dos serviços do IFRR/*Campus* Novo Paraíso, apresentada pelo Departamento de Ensino em reuniões com a Equipe de Planejamento e o Departamento de Administração e Planejamento que teve como principais requisitos:

- I. Atendimento do calendário acadêmico – dias letivos.
 - a) Os serviços dos itens de 1 a 5 serão realizados diariamente preferencialmente em dias úteis conforme previsão no calendário escolar.
- II. Realização de visitas técnicas/pedagógicas a fim de garantir um melhor ensino/aprendizagem e cumprimento das atividades pedagógicas curriculares.
 - a) Refere-se ao serviço do item 6, que a princípio será realizada de forma esporádica conforme demanda da Instituição, quantas viagens necessárias atentando ao limite da previsão de Km anual.
 - b) Caso apareça demanda para a utilização diária, poderá a contratada realizar viagens nas condições informadas no item I, a) obedecendo ao limite da previsão de Km anual.

Encontra-se anexo, a tabela contendo todas as informações referentes ao quantitativo e os cálculos dos quantitativos da prestação desse serviço.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (IN 5/2017 - ART. 24, V e ANEXO III, 3.5)

Para levantamento de mercado foi realizada pesquisa no Painel de Preços do Ministério do Planejamento, bem como consultas a algumas empresas locais através de ofício circular nº Ofício Circular nº002/2019/GAB/IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO que auxiliaram a Coordenação de Pesquisa de Preço da Reitoria do IFRR,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

na formação do valor máximo aceitável pela administração para prestação do serviço de transporte escolar, considerando o preço de mercado.

A solução encontrada foi a contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação do serviço de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR/Campus Novo Paraíso em veículos tipo ônibus, com cortinas, bagageiro interno e externo, ar-condicionado, com película de filtro solar (Insulfilm) nos vidros laterais, incluído abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de Motorista considerando dois motivos principalmente:

- I. O Campus não dispõe de veículos e nem de mão de obra, suficientes para atender o objeto dessa contratação.
- II. O Estado de Roraima através das políticas públicas de fornecimento de transporte coletivo público intermunicipal que oferecem condução nas rotas dos municípios de Caracaraí, Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz até o Campus Novo Paraíso não atendem os horários de funcionamento da Instituição bem como o quantitativo de vagas.

No motivo I ou possibilidade/solução I, foi pensado nas seguintes hipóteses:

- a) O *Campus* ter os veículos tipo ônibus que atende o objeto da contratação em seu patrimônio e motoristas em seu quadro de servidores, infelizmente não temos.
- b) O *Campus* ter os veículos tipo ônibus em seu patrimônio e ampliar o contrato de fornecimento dos serviços de mão de motorista. Mas infelizmente não temos os veículos.
- c) O *Campus* comprar os veículos tipo ônibus e ampliar o contrato de fornecimento dos serviços de mão de motorista. Mas infelizmente não temos recurso para aquisição dos veículos, bem como o Governo Federal expediu normativa impedindo tal aquisição.

Caso essas hipóteses fossem consideradas e efetivadas o *Campus* teria ainda que custear as manutenções dos veículos e o fornecimento de combustível, tornando-se muito mais oneroso para administração em relação encontrada pela equipe de planejamento.

No motivo II ou possibilidade/solução II, foi pensado na seguinte hipótese:

Caso o Estado de Roraima através da concessão de transporte coletivo rodoviário intermunicipal que oferecem condução nas rotas dos municípios de Caracaraí, Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz até o Campus Novo Paraíso ida e volta, atendesse os horários de funcionamento da Instituição e tivesse disponibilidade de vaga, o *Campus* poderia conceder auxílio transporte aos alunos e os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

mesmos utilizariam desse serviço. Mas infelizmente não é possível, pois algumas dessas rotas oferecem apenas um ônibus de 44 lugares para toda a comunidade, por dia que geralmente faz a rota da sede dos municípios de Rorainópolis, Caroebe, São João da Baliza e São Luiz até Boa Vista.

Assim, pelos motivos descritos acima as duas soluções apresentadas não atendem a demanda do Campus de transportar os alunos às atividades acadêmicas, restando a princípio como única opção viável a contratação do transporte escolar por Km rodado.

Dessa forma, A solução escolhida pela Equipe se apresenta como a mais viável e a princípio como única devido o Campus está localizado em uma Zona Rural a 45km da sede do município mais próximo dentre os cinco município que atende.

10. ESTIMATIVAS DE PREÇOS* (IN 5/2017 - ART. 24, VI e ANEXO III, 3.6)

Para fins de estimativa de preços foi realizada ampla pesquisa de mercado, pela Coordenação de Pesquisa de Preço – CPP/IFRR através do Painel de Preços do Ministério do Planejamento e como fornecedores locais, atendendo a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº. 3 de 20 de abril de 2017.

A pesquisa realizada segue anexa aos autos, e apresentou os valores máximos aceitáveis pela Administração Pública para a referida contratação conforme tabela no ANEXO I desse instrumento.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (IN 5/2017 - ART. 24, VII e ANEXO III, 3.7)

A contratação do serviço de Transporte Escolar será realizada por meio da prestação dos serviços sem fornecimento de mão de obra exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, por um período inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

A unidade medida dessa contratação é o quilômetro rodado, assim todas as outras despesas diretas e indiretas deverão estar incluídas como abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de Motorista entre outras despesas para execução do objeto.

A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratuais.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO* (IN 5/2017 - ART. 24, VIII e ANEXO III, 3.8)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

O agrupamento dos itens justifica-se pela necessidade dos serviços serem executados de forma sincronizada, além ser mais atrativo ao mercado, aumentando assim, à competitividade entre os concorrentes e consequentemente atingindo o princípio da economicidade, proporciona ainda, uma melhor gestão do contrato, economia e celeridade para administração, tudo isso, considerando a conjuntura do mercado local e análise de experiências de contratos anteriores.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS (IN 5/2017 - ART. 24, IX e ANEXO III, 3.9)

Pretende-se com a contratação:

- Transportar com segurança os alunos no percurso entre suas residências e o IFRR/*Campus* Novo Paraíso, ida e volta;
- Garantir, com o transporte dos discentes, a execução das atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa no IFRR/*Campus* Novo Paraíso.
- Otimizar o cumprimento da metas e objetivos da Instituição, primando pela eficiência e economia, uma vez, que não se dispõe no patrimônio da instituição e no quadro de pessoal, os veículos e nem a força de trabalho respectivamente, necessários para prestação dos serviços.

14. ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (IN 5/2017 - ART. 24, X e ANEXO III, 3.10)

- O Campus já conta com acesso para veículos pesados ao pátio da frente para desembarque dos alunos.
- Conta com espaço físico para estacionamento dos veículos, caso este necessitem permanecer na instituição até o horário em que retornarão com os alunos até suas residências.
- Há a necessidade de fornecer um local para descanso dos motoristas, caso este necessitem permanecer na instituição até o horário em que retornarão aos locais de origem.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (IN 5/2017 - ART. 24, XI)

O contratos anterior trazido no item 3 deste documento são considerados contratações correlatas em virtude da transição necessária entre esta nova contratação e àquela.

16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (IN 5/2017 - ART. 24, XII)

Considerando-se todas as discussões realizadas para esta nova contratação, as reuniões e os itens deste estudo, declara-se que a contratação é **viável** e necessária para o funcionamento do IFRR/*Campus* Novo Paraíso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

**17. SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
E PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Conforme documento de oficialização de demanda, os nomes abaixo se apresentam como planejamento da contratação.

A fiscalização será designada pelo Diretor Geral do *Campus* dentre os membros da equipe de planejamento ou demais servidores.

Caracarái-RR, 15 de maio de 2019.

Tiago de Oliveira Lima (Membro da equipe de planejamento da contratação)	Altemailson Mota Silva (Membro da equipe de planejamento da contratação)
---	---

Marconi Bomfim de Santana (Membro da equipe de planejamento da contratação).
--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO IV – VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL									
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO									
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CASTER	ROTA	DIAS LETIVOS	KM DIÁRIO	QNT. ÔNIBUS NA ROTA	KM ANUAL	VALOR DO KM RODADO MÁXIMO ACEITÁVEL	VLR. TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
GRUPO I	1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 49 (quarenta e nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada	3239	Caracará/BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	226	1	46330	R\$ 7,73	R\$ 358.130,90
	2 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 49 (quarenta e nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada	3239	Caroebe/BR 210/Baliza/São Luiz/IFRR CNP (ida e volta)	205	212	1	43460	R\$ 7,73	R\$ 335.945,80



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

3	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 44 (quarenta e quatro) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada	3239	Vila Baruana (Km55) /BR 432/ Vila Novo Paraíso /BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	124	1	25420	R\$ 7,48	R\$ 190.141,60
4	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 49 (quarenta e nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada	3239	Vila Nova Colina/BR 174/Rorainópolis/BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	184	1	37720	R\$ 7,73	R\$ 291.575,60
5	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 49 (quarenta e nove) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído	3239	Rorainópolis/BR 174/IFRR CNP (ida e volta)	205	96	3	59040	R\$ 7,73	R\$ 456.379,20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

	abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada								
6	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR em veículo tipo ônibus, com no mínimo 44 (quarenta e quatro) lugares, cortinas, ar condicionado, sendo incluído abastecimento, manutenção, fornecimento de Motoristas em toda a frota contratada	3239	VISITAS TÉCNICAS*	10	1000	1	10000	R\$ 7,48	R\$ 74.800,00
			TOTAL		1842	8	221970		R\$ 1.706.973,10

LEGENDA

1	DESCRIÇÃO	TIPO DE VEÍCULO A SER UTILIZADO COM SUA DEVIDA CAPACIDADE
2	ROTA	TRAJETO/ITINERÁRIO A SER PERCORRIDO
3	DIAS LETIVOS	QUANTIDADE DE DIAS LETIVOS DUARANTE O ANO LETIVO (PAUTADO AO CALENDÁRIO ESCOLAR E DEMAIS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO)
4	KM DIÁRIO	UNIDADE DE MEDIDA DESSE OBJETO (QUANTIDADE DE KM RODADO EM UM DIA LETIVO)
5	QNT. ONIBUS NA ROTA	QUANTIDADE DE ÔNIBUS EMBREGADO NA ROTA (PROPORCIONAL A QNT DE ALUNOS QUE RESIDEM NA LOCALIDADE)
6	KM ANUAL	UNIDADE DE MEDIDA DESSE OBJETO – QUANTIDADE DE KM RODADO AO ANO FRUTO DA MUTIPLICAÇÃO (DIAS LETIVOS X KM DIARIO X QNT. ÔNIBUS NA ROTA)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

7	VALOR DO KM RODADO	VALOR EM REAIS DE UM KM RODADO
8	VLR. TOTAL	VALOR ANAUAL TOTAL FRUTO DA MUTIPLICAÇÃO (KM ANAUAL X VALOR DO KM RODADO)
9	VISITAS TÉCNICAS*	ESSE ITEM REFERE-SE A VIAGENS EXTRAS PARA ATENDER ATIVIDADES (EXTRAS CURRICULAR) BEM COMO O CALENDARIO ESCOLAR CONFORME NESCESSIDADE OU SURGIMENTO DE NOVAS ROTAS (ROTA LIVRE).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA

Declaramos, para fins de participação em processo licitatório visando à prestação de serviços de Transporte Escolar Intermunicipal, Zona Rural, para atender aos estudantes do IFRR/Campus Novo Paraíso.

(a) Sr(a). _____, representante da empresa

_____, CNPJ n.º _____, VISTORIOU e tomou conhecimento de todas as características e especificações, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades não previstas;

Caracará-RR, ____ de _____ de 2019.

Assinatura e carimbo
(Representante da empresa)
Visto:

Representante do IFRR

OU

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/____, que eu,

_____, portador (a) da CI/RG n.º _____ e
do CPF

n.º _____, Responsável Técnico da empresa

_____,
C.N.P.J./MF _____, estabelecida no (a)

_____, declaro, para os
devidos

fins, que NAO visitei o local onde serão realizados os serviços e concordo com todas as
condições



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

apresentadas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, e seus anexos.

Caracarái-RR, ____ de _____ de 2019.

Assinatura e carimbo

(Representante da empresa)

Visto:

Representante do IFRR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220.

Fone: (095) 3623-1910 - E-mail: licitacoes@ifrr.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

ANEXO VI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A qualidade dos serviços prestados será medida por meio dos indicadores estabelecidos abaixo:

1. Quando os indicadores resultarem em valor acima de 6 pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sanção descrita no Termo de Referência.
2. A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto do contrato, situação sujeita a sanções administrativas.
3. O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa, serão comunicados pelo fiscal do contrato, por meio de notificação formal, à então contratada, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar.
4. A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade.

Indicador	
Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme especificado no Termo de Referência
Meta a cumprir	Prestação de 100% dos serviços dentro das especificações do TR
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências
Forma de	Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

acompanhamento	efetuando o devido registro das mesmas para apuração total ao fim de cada período avaliado.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento (glosas)	Até 2,0 (dois) pontos, será pago 100% do valor correspondente aos serviços, ou seja não há glosa da NF; De 2,1 à 4,0 pontos, será pago 97% do valor correspondente aos serviços, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da nota fiscal; De 4,1 à 6,0 pontos, será pago 95% do valor correspondente aos serviços, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da nota fiscal; e Acima de 6,0 pontos, será pago 90% do valor correspondente aos serviços, ou seja, glosa de 10% sobre o valor da nota fiscal.
Observações	

TABELA DE PONTUAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIA NO PERÍODO	PONTUAÇÃO TOTAL
Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência,	0,2		
Oferecer os serviços com qualidade ou quantidade inferior à		0,2		

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 – Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220.

Fone: (095) 3623-1910 - E-mail: licitacoes@ifrr.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
REITORIA

demandada.	podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.			
Deixar de manter durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.		0,3		
Deixar de apresentar em tempo hábil, juntamente com a nota fiscal, relatório e documentos solicitados com a descrição dos serviços que foram realizados naquele período.		0,2		
Pontuação Total do Serviço				

Período da Avaliação: ____/____/____ a ____/____/____.

ASSINATURA
FISCAL DO CONTRATO

ASSINATURA
REPRESENTANTE DA EMPRESA